

Comunicação, migrações e gênero: famílias transnacionais, ativismos e usos de TICs¹

Communication, migration and gender: transnational families, activisms and ICT uses

Comunicación, migraciones y género: familias transnacionales, activismos y usos de TIC

DOI: 10.1590/1809-58442017110

Denise Cogo

(Escola Superior de Propaganda e Marketing, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação Stricto Sensu, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo. São Paulo – SP, Brasil)

Resumo

A partir de uma breve contextualização dos estudos em torno das interfaces entre migrações transnacionais e gênero, assim como do lugar da comunicação nesses estudos, propomos situar e discutir dois eixos das pesquisas que focalizam gênero, migrações, consumo e usos de Tecnologias da Comunicação e Informação (TICs). Um primeiro eixo faz referência às experiências de gênero relacionadas ao consumo e usos de tecnologias nos processos de constituição e interação das chamadas famílias transnacionais; um segundo eixo alude à apropriação das tecnologias em ações e projetos de mobilização e ativismos em que se articulam gênero e migrações. As reflexões propostas estão baseadas em levantamento bibliográfico e revisão de resultados de pesquisas já realizadas sobre o tema, especialmente aquelas orientadas ao estudo das migrações latino-americanas.

Palavras-chave: Comunicação. Migrações. Consumo. Gênero. Tecnologias

Abstract

From a brief background of studies around the interfaces between transnational migrations and gender, as well as the place of communication in these studies, we propose to place and discuss two axes of research focusing on gender, migration, consumption and uses of Information and Communication Technologies (TICs). A first axis refers to gender experiences related to the consumption and use of technologies in the processes of constitution and interaction of the so-called transnational families; a second axis refers to the appropriation of technologies in action and projects of mobilization and activisms in which gender and migration are articulated. Proposals of reflections are based on literature and research results already conducted on the subject, especially those oriented to the study of Latin American migrations.

¹ Versão revisada e ampliada de trabalho apresentado em mesa no GP Cibercultura do XIV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom), realizado de 1 a 5 de setembro de 2014, em Foz do Iguaçu.

Keywords: Communication. Migrations. Consumption. Gender. Technologies

Resumen

A partir de una breve contextualización de los estudios sobre las interfaces entre migraciones transnacionales y género así como sobre el lugar de la comunicación en dichos estudios, proponemos situar y discutir dos ejes de las investigaciones que focalizan género, migraciones, consumo y usos de las Tecnologías de la Información y la Comunicación (TIC). Un primero eje hace referencia a las experiencias de género relacionadas al consumo y usos de las tecnologías en los procesos de constitución e interacción de las llamadas familias transnacionales; un segundo eje hace alusión a la apropiación de las tecnologías en acciones y proyectos de movilización y activismos en que se articulan género y migraciones. Las reflexiones propuestas están basadas en investigación bibliográfica y en la revisión de resultados de estudios sobre el tema, notadamente los estudios orientados a las migraciones latinoamericanas.

Palabras clave: Comunicación. Migraciones. Consumo. Género. Tecnologías.

Introdução

Este artigo reflete sobre as inter-relações entre Comunicação, migrações transnacionais e gênero, buscando identificar e discutir dois eixos de estudos que focalizam o consumo e usos das Tecnologias da Comunicação e Informação (TICs) no marco das experiências migratórias e das relações de gênero. Um primeiro eixo faz referência às dinâmicas de gênero vinculadas ao consumo e usos de tecnologias nos processos de constituição e interação das chamadas famílias transnacionais; um segundo eixo remete à apropriação das tecnologias em experiências de mobilização e activismos em que se articulam gênero e migração. As reflexões propostas estão baseadas em levantamento bibliográfico e revisão de resultados de pesquisas desenvolvidas sobre o tema, especialmente no âmbito das migrações latino-americanas.

Migrações transnacionais – cenário atual e contextualização

Os movimentos migratórios contemporâneos vêm se intensificando desde a última década do século 20. Em 2013, relatório divulgado pela ONU (Organização das Nações Unidas)² apontava para a existência de 232 milhões de migrantes internacionais no mundo (3,2% da população mundial) contra os 214 milhões registrados em 2010 (INFORME, 2010). O registro quantitativo do crescimento das migrações internacionais nessas últimas décadas é, entretanto, apenas uma dimensão de um fenômeno para o qual concorrem diferentes fatores de ordem qualitativa e que contribuem para atribuir complexidade aos movimentos migratórios contemporâneos.

² Disponível em: <http://www.onu.org.br/mundo-tem-232-milhoes-de-migrantes-internacionais-calcula-onu/>. Acesso em: 03 jul. 2014.

Nesse contexto, dentre a diversidade de experiências que compõem o cenário das migrações na atualidade, é possível perceber uma ampliação dos países envolvidos nas redes migratórias; uma maior diversidade de grupos étnicos e culturais que compõem essas redes; um número significativo de mulheres que migram de maneira independente ou como chefes de família; um incremento do número de pessoas que vivem e trabalham no estrangeiro sem regularização jurídica, assim como de refugiados e asilados; um crescimento de migrações decorrentes de catástrofes ambientais; e a intensificação de movimentos migratórios temporários e de circulação (BLANCO, 2006).

Uma maior multidimensionalidade dos movimentos migratórios tem sido apontada também como uma das especificidades que vem assumindo o fenômeno das migrações transnacionais na contemporaneidade. Informe divulgado em 2013 pela Organização Internacional das Migrações (OIM) registra deslocamentos entre os denominados países de ingressos altos, por exemplo, do Reino Unido ao Canadá (migrações Norte-Norte); deslocamentos de países de ingressos altos a países de ingressos baixos e médios como Portugal a Brasil (migrações Norte-Sul); e fluxos migratórios entre países de ingressos baixos e médios, como, por exemplo, da Indonésia à Malásia (migrações Sul-Sul) (INFORME, 2013, p.31).

Os impactos quantitativos e qualitativos das migrações transnacionais podem ser evidenciados, ainda, nos recursos significativos gerados pela força de trabalho dos migrantes em âmbito global, assim como no volume de remessas enviadas aos seus países de origem³. Os recursos oriundos das remessas vêm colaborando para ativar e fomentar a criação e manutenção de redes transnacionais de migrantes e, no interior delas, os usos das tecnologias da comunicação nas dinâmicas migratórias, incluindo os próprios circuitos formais e informais de envio de remessas⁴.

Alguns pesquisadores têm se empenhado, nessa perspectiva, em apontar as limitações da visão economicista, dominante na literatura sobre o transnacionalismo, que tende a enfatizar o impacto produtivo das remessas monetárias Norte-Sul nas localidades de origem dos migrantes. Guarnizo (2004) remete a Peggy Levitt – autora que introduziu o conceito de remessas sociais – para analisar as diásporas como fontes de remessas não apenas econômicas, mas também sociais, e destacar, assim, a capacidade dos migrantes de portarem, intercambiarem e fazerem circular fluxos de ideias, comportamentos, identidades e capital social entre os lugares de origem e destino.

3 Em 2014, US\$ 583 bilhões em remessas foram enviados globalmente por imigrantes, segundo estimativas do Banco Mundial. Ver <http://exame.abril.com.br/economia/album-de-fotos/os-10-paises-campeoes-em-remessas-de-imigrantes>. Lembramos que os dados do Banco Mundial não incluem as remessas enviadas por redes e circuitos informais.

4 Circuitos formais são constituídos por bancos, agências de correio, ou, ainda, agências financeiras especializadas, como Western Union; e circuitos de transferências informais são constituídos pelos envios diretos de dinheiro em mãos ou através de familiares e pessoas de confiança dos migrantes.

Nessa perspectiva, autores como Portes (2004) e Haesbaert (2007) analisam as repercussões da presença das tecnologias da comunicação na reconfiguração dos modos de exercício do transnacionalismo migrante, especialmente no que se refere à constituição das redes migratórias⁵ e ao reordenamento das experiências territoriais das migrações em âmbitos locais e globais. Apesar de a história das migrações estar demarcada por exemplos de transnacionalismo, Portes (2004, p.74) lembra que o fenômeno recebeu um forte impulso com “o advento das tecnologias na área dos transportes e das telecomunicações, que vieram facilitar enormemente a comunicação rápida das fronteiras nacionais e a grandes distâncias”. Para Haesbaert (2007), a maior velocidade dos meios de transporte e o acesso às tecnologias da comunicação são dois fatores primordiais que impulsionaram experiências de multiterritorialização e, que, de certa forma, revolucionaram a dinâmica socioespacial e geográfica contemporânea ao longo do século 20. Sem desconsiderarem causas “objetivas” e circunstâncias materiais que motivam as migrações e nem as relações de desigualdade que demarcam as experiências de mobilidade humana, ambos os autores valorizam a capacidade de agência dos migrantes e relativizam a sobredeterminação de fatores econômicos – como a pobreza e a busca de trabalho – no desencadeamento de fluxos migratórios.

Sassen (2004) nos oferece, ainda, outras pistas para compreender as migrações como resultado de relações que se estabelecem entre países de emigração e imigração no contexto da globalização. A autora alerta para a complexidade dos enlces possíveis engendrados por dinâmicas econômicas, sociais e políticas internacionais relacionadas às formações coloniais e neocoloniais e às atuais formas de globalização econômica. Enlces que vão incidir seja no recrutamento direto de trabalhadores migrantes por parte de empregadores ou governos por meio das redes migratórias, seja na constituição de redes de tráfico humano ilegal.

Podemos observar que essas duas perspectivas – a dos entrelaçamentos sociopolíticos e econômicos em torno dos quais se engendram as migrações transnacionais e a do reconhecimento dos espaços de agência dos próprios migrantes – articulam-se no desenvolvimento dos estudos das interfaces entre gênero e migração, inicialmente orientados pela constatação de um processo de feminização das migrações, conforme passamos a abordar a seguir.

5 Em uma perspectiva sociocomunicativa, adotamos o entendimento de rede social como formas de interação social, espaços de convivência e conectividade, que se definem por intercâmbios dinâmicos entre os sujeitos que as constituem (RIZO, 2003). Truzzi (2008) lembra que o conceito de rede social tem assumido relevância também para o estudo das migrações contemporâneas a partir do reconhecimento de que as redes sociais preexistem e, muitas vezes, alimentam as redes migratórias. Quando aplicadas aos fenômenos migratórios, as redes podem se constituir, na visão do autor, em um instrumento valioso para o estudo da ação social dos indivíduos que desejam migrar e promoverem um deslocamento analítico dos pressupostos da teoria econômica neoclássica e da teoria sociológica funcionalista que postulam a existência de um precário espaço de ação autônoma para os indivíduos submetidos a orientações normativas. Cabe assinalar que os movimentos migratórios não necessariamente implicam ou resultam na constituição de redes, podendo fazer referência apenas aos deslocamentos populacionais que configuram as migrações em diferentes etapas históricas.

Migrações transnacionais e interfaces com o gênero

No marco dos enlaces entre países de origem e migração, Sassen (2004) propõe reflexões específicas em torno da emergência de uma migração feminina. A autora focaliza, por um lado, a relação dessa migração com o tráfico de pessoas e, por outro lado, os espaços laborais que as mulheres passaram a ocupar nas dinâmicas migratórias e no contexto de uma “economia das migrações contemporâneas” a partir de sua atuação em trabalhos domésticos ou em ocupações profissionais de alto nível nas cidades globais.

A interface gênero-migração situa-se como um campo de estudos recente no âmbito das teorias migratórias, no qual as dinâmicas de feminização das migrações internacionais passam a assumir centralidade. Muitos desses estudos, segundo Rosas (2013), têm justificado parte de sua importância na denominada “feminização quantitativa das migrações”, ou seja, na ampliação da presença de mulheres nos fluxos migratórios transnacionais⁶. A maioria das abordagens latino-americanas tem priorizado as migrações Sul-Norte, ou seja, aquelas dirigidas aos Estados Unidos e à Europa, em especial à Espanha, ao passo que a produção sobre as migrações intrarregionais (Sul-Sul) tem sido menos expressiva, mais recente e herdeira das preocupações, interrogantes e abordagens derivadas dos movimentos migratórios extrarregionais.

Dentre os temas sobre migrações transnacionais e gênero que têm suscitado maior interesse, estão os condicionamentos que o gênero, articulado a outros sistemas de desigualdade, impõem às estratégias, decisões, redes e seletividade migratórias; as consequências dos movimentos migratórios sobre a autonomia feminina; as práticas familiares transnacionais e a maternidade à distância; as cadeias globais de cuidado⁷ e o trabalho doméstico; e as instituições e políticas migratórias como reprodutoras de desigualdades. Há igualmente estudos, que, apesar de ainda incipientes, abordam a migração de retorno como resultado das crises econômicas e as políticas migratórias de expulsão implantadas pelos principais destinos extrarregionais. Outra característica compartilhada entre as análises das migrações Sul-Sul e Sul-Norte é o fato de que tiveram e têm as mulheres como protagonistas, evidenciando o já mencionado reconhecimento de espaços

6 Há mais de 40 anos, as mulheres representavam cerca da metade dos migrantes no mundo. No que se refere à migração latino-americana e caribenha, as mulheres migrantes que viviam nos Estados Unidos somavam, em termos absolutos, dois milhões em 1980. Em 2010, já totalizavam dez milhões. Na Espanha, o número de migrantes mulheres somava, em 2001, 464 mil, passando a 1,4 milhões em 2011 (ROSAS, 2013, p.131).

7 As “cadeias globais de cuidado” ou “cadeias mundiais de afeto e assistência”, esse último conceito empregado por Hotschild (2001), fazem referência a uma série de vínculos pessoais entre pessoas de diferentes lugares do mundo baseados em um trabalho de assistência (a idosos, crianças, famílias etc.) remunerado ou não remunerado. Gil (2013, p.22) lembra que Hochschild (2001), inspirado no trabalho realizado por Pierrette Hondagneu, Sotelo e Ernestine Avila (1997) com entrevistas a mulheres latinas trabalhadoras domésticas em Los Angeles, afirma que essas cadeias muitas vezes conectam três séries de cuidadoras: uma que se encarrega dos filhos das emigrantes no país de origem; outra que cuida dos filhos da mulher que cuida dos filhos da emigrante; e uma terceira, a mãe emigrante, cuida dos filhos das profissionais do “Primeiro Mundo”.

de agenciamento dos migrantes como uma perspectiva presente nas pesquisas acerca das relações entre migrações transnacionais e gênero (ROSAS, 2013).

Mas os processos de feminização das migrações vão ser também refletidos criticamente por pesquisadoras como Gil (2009), quando adverte, por exemplo, sobre a estreita vinculação entre a presença crescente das mulheres em fluxos migratórios orientados à Europa e o processo de feminização da pobreza que sustentam algumas políticas econômicas neoliberais. Ariza (2007), por sua vez, chama a atenção para as repercussões, nas pesquisas sobre migração, da tendência à redução da ideia de gênero a mulheres e ao mesmo tempo da circunscrição das mulheres ao espaço doméstico. A autora atribui essa tendência à relação que grande parte dos estudos estabelece entre gênero e provisão de cuidados com base em uma noção ocidental de família heterossexual. Gil (2013) faz ressalva semelhante ao aludir a duas problemáticas que, no contexto espanhol, têm orientado prioritariamente as pesquisas sobre mulheres imigrantes latino-americanas na Europa: a “maternidade transnacional” e as “cadeias mundiais de afeto e assistência”.

A pesquisadora aponta, nesse sentido, para a escassez de estudos sobre migrações e gênero que abordem as masculinidades ou, ainda, as experiências de migração que não se inscrevem em modelos heteronormativos⁸. Gil (2013) defende a necessidade de que as pesquisas incorporem a categoria gênero não como mera variável sexo-gênero ou oposição homem *versus* mulher, mas como um princípio de organização social, de produção de desigualdade e de relações de poder.

Cabe, ainda, mencionar os impactos, nos estudos de gênero e migrações, dos feminismos de fronteira como uma versão latina e latino-americana dos feminismos pós-coloniais. Nesse âmbito, as pesquisas advogam pelo uso do conceito de interseccionalidade para um deslocamento das perspectivas essencialistas de gênero e como uma crítica ao caráter “somatório” de algumas propostas conceituais e metodológicas que agregam ao gênero outras categorias de desigualdades como classe, raça, geração, sem realmente vislumbrarem sua articulação. As distintas formas de articulação de diversas categorias de desigualdade não são, contudo, um tema novo nos estudos de gênero, mas estiveram sempre presentes como uma preocupação fundamental no âmbito dos feminismos. Várias autoras situam a origem do termo no feminismo negro e, em geral, no que foi denominado, na década 80, como feminismos de dissenso, ou seja, as vozes das outras “não brancas heterossexuais” que começaram a questionar a legitimidade de validade do feminismo branco, de classe média, ocidental (HERRERA, 2013a).

8 Como os LGBTQ (Lésbicas, Gays, Transexuais, Bissexuais, Queer).

Comunicação, migrações transnacionais e gênero

Gil (2009) nos convida a considerar os impactos de uma ascensão, no contexto europeu, de dinâmicas de visibilidade e mesmo de hipervisibilidade das mulheres migrantes nos campos político e midiático relacionado ao crescimento do protagonismo feminino nas migrações. Visibilidade que tem estado ancorada em fluxos e narrativas que privilegiam, dentre outros, a relação entre mulheres imigrantes e prostituição, as práticas culturais como o uso do véu, a ablação do clitóris, os chamados crimes de honra, a suposta elevação da natalidade, mas também a função das mulheres como necessárias mediadoras e facilitadoras da integração. O que nos sugere, segundo a pesquisadora, uma construção uniformizadora da categoria de “mulheres migrantes” e o manejo frequente de tais representações na perspectiva de mostrar o fenômeno migratório como uma ameaça e também como forma de legitimar a exclusão social da população migrante.

As representações midiáticas das mulheres migrantes têm sido uma das perspectivas de abordagem com presença significativa nos estudos sobre comunicação, migração e gênero no contexto ibero-americano. Nessa perspectiva, inserem-se pesquisas que buscam evidenciar e desconstruir representações que reforçam hierarquias e desigualdades nas relações de gênero, a partir, especialmente, da noção de sexualização e criminalização das migrações femininas e da associação das migrantes à prostituição ou ao tráfico de pessoas.

Em balanço sobre alguns desses estudos no campo específico das representações da mulher brasileira na mídia impressa europeia, Fernandes (2013) retoma a reflexão de Piscitelli (2008) para sintetizar o tipo de matriz que domina essas representações e tem sido convergente nesses estudos⁹. Para Piscitelli, um “racismo etnicizado” marca a experiência da mulher brasileira migrante, operando para a racialização e sexualização de seu corpo, independente da cor da pele, com base na associação construída historicamente entre sexualidade e mestiçagem. Todas mulheres brasileiras são, assim, consideradas mestiças e a elas é atribuída “uma disposição naturalmente intensa para fazer sexo e uma propensão à prostituição, combinadas com noções ambíguas sobre seus estilos de feminilidade, tidos como submissos, com uma alegre disposição para a domesticidade e maternidade” (PISCITELLI, 2008, p.269). A esse respeito, Piscitelli (2008) deixa claro que não é possível, contudo, afirmar que mulheres brasileiras negras ou brancas, pobres, ou bem posicionadas no mercado de trabalho, em condição legal ou não regularizadas, estariam sujeitas às mesmas experiências de racismo e discriminação. Os efeitos dessas noções podem ser ou atenuados ou acentuados por diversas variantes, dentre as quais, a “raça” e a classe social (PISCITELLI, 2008, p.269).

⁹ Apesar de tratar, em sua reflexão, especificamente da mulher brasileira, Fernandes assinala que as noções tropicalizadas de “feminilidade” afetam também outras mulheres latino-americanas como colombianas e cubanas.

Fernandes lembra, além disso, que muitas das pesquisas sobre representações tendem a não essencializar os processos de racialização e sexualização das mulheres brasileiras, reconhecendo a existência de espaços constantes de negociação dos posicionamentos femininos nos contextos migratórios, possibilitando, por exemplo, que a suposta sensualidade natural da brasileira tanto possa ser rejeitada como “performada” estrategicamente para fins diversos no mercado de trabalho e nas relações afetivas.

Em síntese, as formas de representação das mulheres migrantes comportam limitações, mas também um conjunto de agenciamentos, como aqueles que passamos a refletir a partir dos dois principais âmbitos dos estudos de gênero – o das famílias transnacionais e o do ativismo – nas suas vinculações com as experiências de consumo e usos das TICs.

Migrações, famílias transnacionais e consumo de TICs

As famílias transnacionais e relacionadas a elas, a experiência da maternidade transnacional¹⁰, fazem referência às mulheres que migraram e deixaram filhos nos países de origem, tornando-se agentes ativos na construção de “redes”, “cadeias”, “famílias transnacionais” ou “comunidades transnacionais”. Perspectiva que não tem estado isenta de críticas concernentes à naturalização do privado, do lar, do doméstico e da maternidade na sua associação com o feminino, ou, ainda, da construção da categoria “mulher imigrante” ancorada em seus corpos procriadores e em uma feminilidade assentada na biologia. Segundo Gil (2013, p.16), pressupor que todas mulheres migrantes que deixam filhos em seu país de origem se orientam pelo vínculo amoroso mãe-filho, e a partir de um padrão universal, para converterem-se em sujeitos de ação transnacional, mais do que um fato dado, deveria ser um fato a indagar.

Além disso, observar somente a agência nas práticas maternas deixaria de fora a suposta capacidade de “agência transnacional” daquelas mulheres que não têm filhos em seu país de origem, têm parentes e ou amigas que não são seus filhos biológicos, ou o fato de que essa agência não passa necessariamente pela afirmação do vínculo maternal. A indagação seria sobre a possibilidade de classificar práticas transnacionais separando o afeto maternal de outros afetos, compromissos e fins. Caberia, assim, politizar a noção de afeto, assistência e maternidade, extraí-los do privado e situá-los, conforme defende Gil (2009), no centro dos processos políticos e históricos que “constroem corpos generizados, sexualizados, racializados, etnicizados e desterritorializados”¹¹.

¹⁰ E minoritariamente a paternidade transnacional.

¹¹ Para a autora, haveria a necessidade de revisar o androcentrismo que encerra o conceito de agência transnacional tal como vem sendo aplicado ao se reificar e naturalizar os domínios do “feminino” frente ao “masculino”. Ou seja, se estaria novamente dissociando os mundos da família, do altruísmo e do afeto, dos universos do mercado, da política, do interesse e do raciocínio.

Assim, esse enfoque das famílias transnacionais, que se desenvolve, inicialmente, como uma derivação das experiências de migração feminina, passa, posteriormente, a comportar problematizações que abrangem as múltiplas relações entre os integrantes da família (HERRERA, 2013b). Apesar de as famílias transnacionais sempre terem existido como resultado dos processos migratórios contemporâneos¹², o que as distinguiria das atuais seria justamente a presença de uma subjetividade e de vínculos relacionados à consciência de ser e forjar uma família à distância. Herrera (2013b) atribui tal especificidade, em grande medida, ao próprio avanço das tecnologias da comunicação que têm contribuído para abolir a ideia da presença física como pré-requisito, seja para a formação das famílias e para o impulso à produção e circulação de informações entre os familiares, seja para o exercício da maternidade ou paternidade à distância e o envio de remessas.

Em pesquisas de recepção e usos de TICs que realizamos com migrantes de diferentes nacionalidades¹³, foi possível observar algumas experiências de aproximação, convivência e “gestão afetiva” de famílias transnacionais. A partir de relatos obtidos em entrevistas, migrantes de diferentes nacionalidades destacavam as rotinas diárias e semanais de reuniões familiares e acompanhamento das tarefas escolares dos filhos por meio do uso de *softwares* de comunicação como o Skype ou *sites* de redes sociais; ou, ainda, o esforço de familiares em se introduzir no mundo da internet em cidades do interior onde o acesso é restrito a fim de estabelecer conexões com o familiar que migrou. Alguns entrevistados jovens, especialmente mulheres, manifestavam também inquietações diante do controle excessivo exercido por familiares a partir da imposição de rotinas de conexão e comunicação diária via internet. Havia, ainda, mulheres migrantes que, como estratégia de estreitamento dos vínculos com os locais para onde migraram, evidenciavam o empenho para a redução do tempo de uso da internet a fim de priorizarem experiências de uma vida cotidiana menos mediada pelas relações familiares no país de origem.

Experiências de famílias transnacionais em que há incidência de usos das TICs, estendem-se, ainda, ao universo das migrações LGBTQ (Lésbicas, Gays, Transexuais, Bissexuais, Queer). Perspectiva ainda pouco explorada em pesquisas sobre gênero e migrações transnacionais, aparece, no contexto acadêmico, refletida também em outras modalidades de narrativas, como as audiovisuais. Exemplo é o filme documentário *Angel*, que narra a trajetória de um(a) migrante transexual, ex-boxeador, pobre e negro, de nacionalidade equatoriana¹⁴, que migrou da cidade Guayaquil para Paris, onde passou a atuar como profissional do sexo e assumir um posicionamento específico como elo de uma cadeia de afetos e cuidados da mãe, irmãos e sobrinhos que permaneceram no Equador.

12 Na América Latina, Herrera (2013) lembra que podemos remontar aos tempos coloniais para encontrar rastros de famílias separadas, produtos das migrações internas das mulheres rurais em direção a cidades de migrações transfronteiriças.

13 Essas pesquisas estão publicadas, dentre outros, em Cogo e Brignol (2015), Cogo (2012), Cogo, Huertas e ElHajji (2012), Cogo, Huertas e Gutierrez (2008).

14 Ver <http://www.youtube.com/watch?v=pz6-doc9blA>.

Sobre Angel recai uma cadeia de cuidados que articula a família nos países de origem e de migração por meio do protagonismo que assume tanto no envio de remessas financeiras regulares a seus familiares no Equador quanto nos esforços que empreende na gestão dessas remessas para o bem-estar da família¹⁵. Os agenciamentos que Angel produz para manutenção e cuidados da mãe, irmãos e sobrinhos no Equador colaboram para desestabilizar o próprio imaginário hegemônico de família – sustentado em uma cultura patriarcal que aparece como dominante no país de origem do(a) imigrante –, e ao mesmo tempo para um deslocamento em relação à exclusividade da figura da mulher que migra como a cuidadora. Essa síntese aparece no testemunho de um irmão de Angel recolhido no documentário: “Creio que Angel é mais do que pai de família, é uma mãe, uma mãe símbolo, porque se não fosse o que é, fosse um homem normal, como qualquer um de nós, não estaria aqui”¹⁶.

Essa cadeia de cuidados protagonizada por Angel comporta, ainda, dinâmicas de consumo e usos das tecnologias da comunicação (televisor, computador, telefone celular, câmera fotográfica) assegurando processos de aproximação, manutenção e reatualização de seus vínculos com os familiares no Equador por meio da conexão à internet e o uso do telefone celular. As TICs são mediadoras, ainda, da função de elo afetivo que Angel assume a fim de facilitar à irmã, que também reside na França, o exercício da maternidade à distância. Em uma de suas viagens ao Equador, Angel exhibe, ao sobrinho, em um televisor e em uma câmera fotográfica, imagens da mãe que está impedida de viajar ao país de origem pelo fato de não contar com regularização jurídica na França.

Angel experimenta uma “gestão afetiva” de sua família transnacional atravessada por tensionamentos como aqueles relacionados às expectativas de consumo de familiares que desejam ser presenteados com recursos tecnológicos (computadores, celulares etc.) nas visitas de Angel ao Equador. Ou, ainda, tensionamentos da ordem de uma ética ligada ao consumo que aparece expressa em testemunhos dos vizinhos da família de Angel quando tecem críticas à exploração econômica exercida sobre o(a) migrante por seus familiares equatorianos.

No marco desse mesmo tipo de tensionamento sobre consumo de TICs no contexto dos estudos de migração e gênero, Herrera e Carrillo (2009) evidenciam o viés moralista sobre o consumo que domina grande parte das representações de pais e professores sobre as dinâmicas de manutenção de filhos de migrantes, destacando os impactos dessas representações no estabelecimento de vínculos emocionais no contexto das famílias transnacionais. Especialmente quando se trata dos investimentos que fazem os pais na

15 No documentário, as remessas aparecem sendo utilizadas pelos familiares de Angel para aquisição de bens que não são considerados pelo(a) migrante equatoriano(a) como bens de primeira necessidade.

16 Ver <http://www.youtube.com/watch?v=pz6-doc9blA>. No documentário, Angel refere-se à sua mãe como “meu marido no Equador”.

aquisição de artefatos tecnológicos para os filhos que permanecem no país de origem, essas representações tendem a enfatizar o desperdício no gasto dos recursos das remessas ao mesmo tempo em que associam o dinheiro utilizado à perda de valores e de “identidade”. A existência de celulares, computadores, câmeras de vídeo e qualquer outro objeto de consumo estranho ao contexto tradicional são percebidos por pais e professores como indicadores negativos e responsáveis pela criação de contrastes e distinções entre os jovens nos países de origem (entre os que dispõem e os que não dispõem desses recursos).

Em seus estudos específicos sobre as famílias transnacionais no contexto da migração equatoriana realizados entre 2003 e 2005, Herrera e Carrillo (2009) observam que o envio de dinheiro, presentes e objetos, por parte dos pais migrantes, tem sido percebido como uma forma de mercantilização das relações afetivas com base no pressuposto de que os filhos de migrantes não teriam o carinho dos pais. Tais visões acabam desconsiderando as possibilidades de reconstrução das relações familiares por meio do valor simbólico e de intercâmbio representado por essa materialidade. No caso de jovens – filhos de pais que emigraram para a Espanha e os Estados Unidos –, segundo evidenciaram as pesquisadoras, o respeito ao uso do dinheiro e o apego a determinados objetos se explicava menos pelo valor de gerir os recursos e objetos¹⁷ e mais pelo valor simbólico que permitia aos jovens evidenciar, em seus grupos sociais, a preocupação à distância de seus pais.

No contexto das famílias transnacionais, a pesquisa de Dutra (2013) com trabalhadoras domésticas peruanas na cidade de Brasília aporta outro tipo de indagação relacionada às pressões e condicionamentos que uma economia do trabalho doméstico impõe sobre o tempo e as condições das mulheres migrantes para o exercício da maternidade à distância e outras interações cotidianas. O excesso de horas de trabalho, o fato de viverem no próprio local de trabalho, a ausência de televisão nos quartos que ocupam, ou mesmo o escasso acesso ao computador e a falta de capacitação para seu uso, reduzem as possibilidades de interação das mulheres peruanas com os lugares de origem, assim como suas sociabilidades na cidade para onde migraram.

As evidências encontradas nesses estudos sugerem, conforme a síntese de Herrera (2013), que a família transnacional pode ser uma fonte de apoio e sustentação emocional e social, mas também pode e deve ser vista como um espaço de conflitos, estratégias, negociações e relações de poder.

17 Tendo em vista, inclusive, o fato de que a maioria dos jovens pesquisados não lidava com grandes quantidades de dinheiro.

Migrações transnacionais, ativismo e TICs

Nas dinâmicas das migrações transnacionais, o ativismo se constitui por experiências variadas em que se entrelaçam dimensões sociais, culturais, econômicas e políticas e se combinam o direito ao pertencimento, à permanência e à mobilidade. O ativismo transnacional dos migrantes tem se forjado no contexto dos esforços crescentes de governos e instituições em limitar, controlar e regular a mobilidade humana, o ingresso e a permanência de migrantes, conforme evidencia Mezzadra (2005) ao refletir sobre as migrações como vivência que expõe a ambiguidade da globalização como intersecção entre a liberdade do sujeito e a ação de barreiras e limites a essa liberdade impostos por instituições e tecnologias de poder, muitas das quais circunscritas aos Estados-nação.

Nesse contexto, o ativismo migrante tem se constituído a partir dos usos crescentes que fazem os migrantes das TICs, possibilitando a criação e fortalecimento de redes sociocomunicativas. Esses usos incidem tanto nas dinâmicas de planejamento e implementação dos projetos migratórios quanto nas ações de enfrentamento às políticas de controle das migrações, a partir, por exemplo, de mobilizações pelo direito a uma cidadania universal (COGO, 2012). As TICs têm sido, ainda, uma ferramenta estratégica na coordenação e execução de mobilizações e demandas no contexto de redes migratórias nas quais seus integrantes não contam com regularização jurídica e vivenciam experiências de clandestinidade (VARELA, 2013).

Uma das dimensões que tem mobilizado os debates em torno das relações entre migrações, gênero e ativismo, está vinculada ao crescimento e, ao mesmo tempo, às limitações que enfrentam as mulheres para sua inserção e participação em ações e mobilizações em torno das causas migratórias ou mesmo femininas nos países de migração. Os condicionamentos culturais e políticos enfrentados por mulheres migrantes, como aquelas oriundas de países árabes, aparecem em análises recentes de pesquisadoras como Varela (2013). Em estudo sobre os movimentos de mobilização de migrantes em Barcelona, a autora levanta três elementos que ajudam a explicar a escassa participação de mulheres nesses movimentos. Um primeiro está relacionado à constatação da predominância da migração masculina entre os grupos migratórios (nacionalidades) que conformam os movimentos de mobilização. Um segundo elemento apontando pela autora é o fato de muitas das mulheres migrantes que vivem na Espanha estarem subordinadas legalmente à autorização de residência concedida ao pai ou ao marido a partir de uma lógica de reagrupação familiar imposta pelo Estado. E, por fim, um último e terceiro elemento, residiria no condicionamento de muitas mulheres oriundas de países árabes à interpretação machista e autoritária sobre o Islã que elaboram seus companheiros e pais.

As lógicas masculinizadas dos movimentos sociais de migrantes, o excesso de horas de trabalho ou a falta de legalização que restringe a atuação de mulheres ao âmbito da prostituição¹⁸ e do serviço doméstico, operam também como elementos limitadores, elencados, especialmente, por mulheres latino-americanas, como justificativa para sua escassa participação nos movimentos ativistas migrantes (VARELA, 2013).

No entanto, apesar de uma maioria de ativistas pesquisada por Varela (2013) na cidade de Barcelona ser constituída por homens, a autora não deixa de atestar a presença de figuras femininas na fundação e gestão de associações migratórias ou em atividades especializadas na área do direito migratório. A partir de um episódio específico de protesto e luta dos migrantes em Barcelona – o ciclo de “encierros”¹⁹ de 2005 – Varela registra também o crescimento do ativismo feminino, como aquele observado na organização de um “encierro” específico por parte de mulheres migrantes. Apesar de ter durado apenas uma semana, esse “encierro” esteve fortemente demarcado pelos esforços das mulheres migrantes pelo reconhecimento público, tanto frente a outras mulheres migrantes como não migrantes do bairro, quanto na busca e produção de uma visibilidade pública nos meios de comunicação espanhóis.

Na visão das mulheres migrantes entrevistadas na pesquisa de Varela (2013), as experiências de ativismo feminino vêm contribuindo para um deslocamento do imaginário social das mulheres migrantes na sociedade catalã, ancorado em etiquetas como as de mulheres “submissas e dóceis”. Ou, ainda, para uma desestabilização das lógicas masculinizadas e uma marcação de ritmos femininos próprios de mobilização no âmbito dos movimentos migratórios.

No marco das relações entre migrações transnacionais, gênero e TICs, entendemos que há agendas de pesquisa mais pendentes do que consolidadas, como, por exemplo, a necessidade de uma melhor compreensão sobre as mulheres migrantes terem se tornado um dos principais alvos de projetos de inclusão digital²⁰ a partir do pressuposto das mulheres como portadoras de déficits de formação e sociabilidade, no âmbito das TICs, que resultariam de seu confinamento ao espaço doméstico e familiar.

Na perspectiva das relações de gênero, outro tema a explorar seria a das apropriações das TICs para o exercício de paternidades à distância a partir das experiências dos esposos

18 Varela (2013) menciona também os conflitos relacionados ao preconceito manifestado por migrantes homens da mesma nacionalidade em relação à presença, em movimentos de mobilização, de mulheres migrantes que exercem a prostituição.

19 Mobilizações protagonizadas por migrantes indocumentados com vistas à obtenção de regularização em que esses migrantes se instalam em diferentes locais da cidade em regime fechado ou semi-aberto. Ver <http://www.mugak.eu/revista-mugak/no-30/encierros-de-inmigrantes-en-barcelona>.

20 Exemplo é o programa *Hola Fabiola* mantido pela Fundación Orange e Fundación Directa, com o apoio do Ministerio de Sanidad, Servicios Sociales e Igualdad da Espanha (www.holafabiola.com). Outro é a oficina de iniciação sobre ferramentas básicas de internet dirigido a mulheres saharauis residentes em Jerez de la Frontera (Cadiz) e organizada, em 2013, pela Asociación de Mujeres Saharauis en España em colaboração com a Fundação Cibervoluntarios e o Centro de Acogida de Inmigrantes (<http://rasdargentina.wordpress.com/2013/06/15/mujeres-saharauis-inmigrantes-y-las-tics/>).

e pais que permanecem nos lugares de origem após a migração das esposas. Outra agenda de pesquisa estaria relacionada, ainda, aos usos das TICs para a desconstrução de representações que associam as migrações de mulheres e transgêneros com a prostituição e o tráfico de pessoas²¹.

Considerações finais

Nesse texto, buscamos sistematizar um conjunto de questões que têm orientado as pesquisas sobre Comunicação, migrações transnacionais e gênero no marco do fenômeno de feminização das migrações. Os dois eixos de abordagem dessas pesquisas que escolhemos enfatizar – as famílias transnacionais e o ativismo – nos oferecem pistas sobre as especificidades que demarcam as experiências da migração e gênero do ponto de vista do consumo e usos das tecnologias da comunicação.

Destacam-se as percepções, trazidas por essas pesquisas, sobre os condicionamentos que operam na restrição dos espaços de autonomia das mulheres migrantes no que se refere ao acesso e apropriações das TICs nas experiências de gestão das famílias transnacionais e em exercício de um ativismo político. Percepções que alertam que o crescimento da migração feminina no mundo não tem sido suficiente, no âmbito das representações políticas, midiáticas ou acadêmicas, para um desconfinamento das mulheres imigrantes dos espaços vinculados ao trabalho doméstico, à chamada cadeia de cuidados ou à prostituição e ao tráfico de pessoas.

Esse desconfinamento sugere, ainda, a necessidade de que as práticas e pesquisas sobre migrações transnacionais, gênero e TICs operem para ampliar efetivamente a compreensão dessa inter-relação sem reduzir a ideia de gênero a mulheres ou à heteronormatividade e que, além disso, possam contemplar outras dimensões como a das masculinidades e a da transgeneridade. Ou seja, que proponham a abordagem do gênero como um princípio de organização social, de produção de desigualdade e de relações de poder e, nesse sentido, possam amplificar também a reflexão sobre experiências de migração e gênero que assumem um forte caráter público e político, como é o caso dos ativismos migratórios transnacionais que, assim como as famílias transnacionais, se desenvolvem fortemente configurados e mediados pelas TICs.

21 Associação promovida, muitas vezes, pelos discursos e políticas migratórias dos governos e pelas políticas de proteção de organizações não governamentais ou de entidades confessionais de apoio às migrações.

Referências

- ARIZA, M. Itinerario de los estudios de género y migración en México. In: PORTES, A., ARIZA, M. (eds.). **El país transnacional: migración mexicana y cambio social a través de la frontera**. México, D.F.: UNAM. Instituto de investigaciones sociales, 2007, p.453-511.
- BLANCO, C. **Migraciones: Nuevas movilidades en un mundo en movimiento**. Barcelona: Anthropos, 2006.
- COGO, D., BRIGNOL, L. Reposicionando o nacionalismo metodológico: migrações, transnacionalismo e as pesquisas em comunicação, consumo e recepção. In: SODRÉ, M.; TEMER, A. C.; ELHAJJI, M. (Org.). **Diásporas urbanas e subjetividades móveis: migrantes, viajantes e transeuntes**. Goiânia: Gráfica UFG, 2015, p.149-170.
- COGO, D., ELHAJJI, M., HUERTAS, A. (Eds.). **Diásporas, migraciones, tecnologías de la comunicación e identidades transnacionales**. Barcelona: Institut de la Comunicació (InCom-UAB), 2012. Disponível em: <http://incom.uab.cat/diasporas>. Acesso em: 03 jul. 2014.
- COGO, D. **Latino-americanos em diáspora: usos de mídias e cidadania das migrações transnacionais**. Rio de Janeiro, Tróbia, 2012.
- COGO, D. GUTIERREZ, M., HUERTAS, A. (Coords). **Medios de comunicación y migraciones transnacionales: relatos desde Barcelona y Porto Alegre**. Madrid: Los Libros de la Catarata, 2008.
- DUTRA, D. **Migração internacional e trabalho doméstico: mulheres peruanas em Brasília**. Brasília: CSEM; Sorocaba, SP: OJM, 2013.
- FERNANDES, D. A. Representações da diferença: a mulher brasileira migrante na mídia impressa da Europa. **Anuario Americanista Europeu**. n.11, p.217-237, 2013.
- GIL, C. G. Mujeres inmigrantes: Colonizando sus cuerpos mediante fronteras procreativas, étnico-culturales, sexuales y reproductivas. **Viento Sur**. n.104, p.42-54, 2009.
- _____. La categoria de género a la luz del parentesco em el análisis de las migraciones transnacionales. **Anuario Americanista Europeu**. n.11, p.11-29, 2013.
- GUARNIZO, L. E. Aspectos económicos del vivir transnacional. **Colombia Internacional**. n.59, 2004. Disponível em: <http://colombiainternacional.uniandes.edu.co/view.php/429/index.php?id=429>. Acesso em: 03 jul. 2014.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**. Do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- HERRERA, G. **Migración internacional e interseccionalidad**. Buenos Aires: Clacso, 2013a. (Texto fornecido pela autora no I Seminário Globalización, migración internacional y desarrollo. Perspectivas de género e interseccionalidades).

_____. **Los aportes de la perspectiva de género para la comprensión de las familias transnacionales.** Buenos Aires: Clacso, 2013b. (Texto fornecido pela autora no I Seminário Globalización, migración internacional y desarrollo.

HERRERA, G.; CARRILLO, M. C. Transformaciones familiares en la experiencia migratoria ecuatoriana – una mirada desde los contextos de salida. **Mélanges de la Casa Velazquez.** 2009. Disponível em: <http://mcv.revues.org/591>. Acesso em: 02 mar. 2014.

HOCHSCHILD, A. R. Las cadenas mundiales de afecto y asistencia y la plusvalía emocional. In: GIDDENS, A; HUTTON, W. (eds.). **En el límite. La vida en el capitalismo global.** Tusquets: Barcelona, 2001, p.187-208.

INFORME SOBRE LAS MIGRACIONES EN EL MUNDO 2010: el futuro de la migración: creación de capacidades para el cambio. OIM: Ginebra, 2010.

INFORME SOBRE LAS MIGRACIONES EN EL MUNDO 2013: El bienestar de los inmigrantes y el desarrollo, OIM: Ginebra, 2013.

MEZZADRA, S. **Derecho de fuga:** migraciones, ciudadanía y globalización. Madrid: Traficantes de Sueños, 2005.

PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e cultura.** n.11, p.263-274, 2008.

PORTES, A. Convergências teóricas e dados empíricos no estudo do transnacionalismo imigrante. **Revista Crítica de Ciências Sociais.** n.69, p.73-93, 2004.

RIZO, M.G. **Redes:** Una aproximación al concepto. Disponível em: http://vinculacion.conaculta.gob.mx/capacitacioncultural/b_virtual/tercer/13.pdf. Acesso em: 30 maio de 2007.

ROSAS, C. Discusiones, voces y silencios em torno a las migraciones de mujeres y varones latinoamericanos. Notas para uma agenda analítica y política. **Anuario Americanista Europeu.** n.11, p.127-148, 2013.

SASSEN, S. Formación de los condicionantes económicos para las migraciones internacionales. **Ecuador Debate.** n.63, p.63-87, 2004.

TRUZZI, O. Redes em processos migratórios. **Tempo Social** – Revista de Sociologia da USP. v.20, n.1, p.199-218, 2008.

VARELA, A. **Por el derecho a permanecer y a pertenecer.** Una sociología de la lucha de migrantes. Madrid: Traficantes de Sueños, 2013.

Denise Cogo

Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), São Paulo, Brasil, onde coordena o grupo de pesquisa Interculturalidade, Cidadania, Comunicação e Consumo. Pesquisadora 1D do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Mestre e Doutora em Ciências da Comunicação na Universidade São Paulo (USP), com pós-doutorado na Universidade Autônoma de Barcelona (UAB), Espanha, onde atua desde 2010 como pesquisadora associada do Instituto de la Comunicación (InCom-UAB). Coordenadora do projeto de extensão Plataforma Digital de Mídias de Imigrantes de São Paulo desenvolvido em colaboração com o Museu da Imigração do Estado de SP (<http://www.midiasdemigrantesdesp.com.br/>). Autora e coautora, dentre outras, das obras *Guia da Diversidade Cultural e Migrações Transnacionais para Comunicadores – Migrantes no Brasil* (com Maria Badet, Bellaterra: InCom/IHU, 2013 – <https://goo.gl/4gvlFJ>); *Latino-americanos em diáspora: usos de mídias e cidadania das migrações transnacionais* (Rio de Janeiro Tríbia, 2012); co-organizadora e autora, dentre outras, das obras *Diásporas, migraciones, tecnologías de la comunicación e identidades transnacionales* (com Mohammed ElHajji e Amparo Huertas, Barcelona: InCom-UAB, 2012 – <http://incom.uab.cat/diasporas/>) e *Migraciones transnacionales y medios de comunicación: relatos desde Porto Alegre y Barcelona* (com Amparo Huertas e Maria Gutierrez, Madrid: Los Libros de la Catarata, 2008). E-mail: denisecogo2@gmail.com

Recebido em: 08.05.2016

Aceito em: 07.04.2017